



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS

Comarca de Cachoeira Alta

Gabinete do Juiz Filipe Luis Peruca



Autos n.º 0095771-31.2014.8.09.0020

Natureza da Ação: Cumprimento de sentença

Requerente: [REDAZIDA]

Requerido(a): [REDAZIDA]

DECISÃO

Trata-se de **Cumprimento de Sentença** intentado por [REDAZIDA] em face de [REDAZIDA].

Ao evento n.º 57, pugnou a parte Exequente pelo apensamento dos processos, visto que tratam-se das mesmas partes, fundamentos jurídicos e há similaridade nos processos.

Adiante, pugna pela alienação dos direitos hereditários do executado, os quais foram penhorados nos presentes autos, conforme termo de redução de penhora (área objeto da matrícula de n.º 5.473, CRI local).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Sem muitas delongas, **ACOLHO** o pleito da parte Exequente, isso porque, havendo identidade de partes e fundamentos jurídicos, além de similaridade nos pedidos, tem-se pela possibilidade de obter maior celeridade e economia processual, portanto, **DETERMINO** o apensamento dos autos de n.º 0359728-51.2016, 0132773-35.2014, 0154517-86.2014 ao processo de n.º 0095771-31.2014, onde serão praticados todos os atos processuais por extensão aos demais, exceto sentença.

Nesta senda, entendo por necessário ressaltar que em razão do apensamento dos autos, devem agora todas as manifestações das partes serem realizadas no processo de n.º 0095771-31.2014.

Prosseguindo, uma vez que foram as penhoras realizadas nas 4 demandas reduzidas a 25% e, considerando que pugnou a parte Exequente pela alienação judicial dos direitos hereditários do Executado nos 4 processos, por lógica, tem-se que devem ser levados a leilão 100% dos direitos hereditários da parte Executada ora penhorados.

Ante ao exposto, **NOMEIO** a leiloeira oficial **Camilla Correia Vecchi Aguiar**, inscrita na JUCEG sob o n.º 057 (art. 881 §1º c/c art. 883 do CPC), cuja comissão será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, ficando a cargo desta todos os procedimentos para a realização do respectivo ato, nos termos do art. 886 do Código de Processo Civil, o qual presencial, na Sede da Vecchi Leilões, na Avenida Presidente Vargas n. 266, sala 1003, Jardim Marconal, Rio Verde - GO e eletrônico, através do site www.vecchileiloes.com.br, devendo observar os seguintes parâmetros: (i) o bem será arrematado pela maior oferta, restringindo a alienação, na 1ª hasta, ao mínimo da avaliação; (ii) se o bem não alcançar lance igual ou superior à importância da avaliação, será arrematado em 2ª hasta, por quem oferecer maior lance não inferior a 50% do valor da avaliação.

Em face da realização do leilão por meio virtual, autorizo a leiloeira, com fulcro no art. 882, parágrafos 1º e 2º, do novo CPC, a receber lances virtuais em seu endereço eletrônico, ficando ciente de que será responsável pela regularidade do procedimento licitatório virtual e pelos lances. Os lançadores do leilão "on line" devem ser cientificados pela leiloeira através de seu portal eletrônico de que estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores presenciais, inclusive quanto à responsabilidade cível e criminal.

EXPEÇA-SE edital de leilão, consoante disposição dos artigos 886 e seguintes do novo Código de Processo Civil, no qual também deverá constar expressamente as seguintes observações: (i) que fica intimado por meio do edital o Executado e cônjuge, se casado for, caso não tenham sido encontrados para a intimação, bem como o credor hipotecário, credor com penhora e coproprietários, acerca do leilão designado; (ii) nome e endereço do fiel depositário do bem penhorado; (iii) todo o ônus eventualmente existente sobre o bem penhorado (condomínio e/ou penhora (art. 889, V) e (iv) demais requisitos legais.

Fica autorizado que a própria leiloeira encaminhe também as comunicações pertinentes, em seguida, aos autos. Se for o caso, a parte executada e quem quer que esteja na posse ou detenção do(s) bem(ns) deverão permitir seu acesso à leiloeira, aos interessados, acompanhados ou não do Oficial de Justiça, a fim de que possam ser examinados, podendo fotografá-los, nos dias úteis, no horário de 8 às 18 hs, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Em caso de remição, pagamento ou parcelamento do débito no período de 10 (dez) dias úteis que antecederem à hasta pública, a parte executada deverá pagar 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do valor atribuído aos bens na avaliação/reavaliação ou à execução, o que for menor, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro, limitado ao valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sob pena da manutenção da data designada para leilão.

Deverá ainda, em se tratando de crédito exequendo em que há permissivo legal de parcelamento da arrematação, a exequente indicar o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A Secretaria cabe fixar o respectivo edital do leilão em local visível, no átrio desta comarca, reservados à publicidade dos atos judiciais.

Sendo não exitoso o leilão, fica autorizado à leiloeira a realizar a venda direta do(s) bem(ns) penhorado(s), no prazo de 60 (sessenta) dias após a segunda data designada para a realização dos leilões. As propostas deverão ser apresentadas somente no "site" da leiloeira, que fará constar essa possibilidade de expropriação do(s) bem(ns) no edital para realização do leilão. Após o prazo fixado, serão analisados pelo Juiz as propostas e será declarada vencedora e aceita, a que melhor atenda os interesses da execução, considerando o valor ofertado e as condições de pagamento.

A leiloeira ficará ainda responsável por: (i) providenciar a remoção do bem, ao se tratar de bens móveis, quando determinada pelo Juiz, arcando o executado com o pagamento das despesas relativas à remoção e armazenagem; (ii) depositar à disposição do Juiz, em 24 horas, o produto da alienação, se recebido diretamente; (iii) lavrar auto de arrematação, submetendo-o à apreciação do Juízo para que seja assinado, na forma do art. 903 do CPC; (iv) lavrar o auto negativo, em caso de ausência de ocorrências.

Não havendo arrematação do(s) bem(ns), **INTIME-SE** a parte exequente para que dê andamento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias, promovendo o andamento processual, requerendo desde já o que entender de direito, sob pena de arquivamento.

Concedo a presente decisão força de carta/mandado/ofício, nos moldes dos arts. 136 a 139, do Código de Normas e Procedimentos do Foro Judicial do Tribunal de Justiça de Goiás.

Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.

Cachoeira Alta/GO, datada e assinada digitalmente.

Filipe Luis Peruca

Juiz de Direito